



Federação dos Trabalhadores
na Agricultura do Estado
do Paraná

Filiada à



Geada prejudica agricultores de todo Estado

Café foi uma das culturas mais prejudicadas. Fetaep pressiona governo para medidas de socorro.



Os impactos da geada do mês de julho foram negativos para a agricultura familiar paranaense, em especial para as culturas permanentes como café, frutas, trigo, pastagens e o milho safrinha, além de hortaliças. A Fetaep vê com preocupação esse impacto e já está buscando medidas de proteção junto ao governo estadual e federal.

Segundo o presidente Ademir Mueller, mesmo com o socorro, o Paraná já pode esperar que a produção agrícola será inferior ao planejado. “Com toda a certeza, a colheita de café para o

ano que vem, por exemplo, será baixa”, adianta Mueller. De acordo com ele, a Federação está lutando para que o socorro governamental seja imediato para que os impactos sejam amenizados e as perdas compensadas.

Incentivos para a adequação das lavouras para as futuras colheitas, assistência técnica gratuita, rebates nos atuais financiamentos de custeio e apoio para a produção de mudas são algumas das ações que a Fetaep, em parceria com outras entidades, está buscando perante agentes públicos. Para tal, a Federação participou, no

dia 31 de julho, da reunião extraordinária da Câmara Técnica do Café, em Londrina, que debateu justamente essas questões.

A Fetaep foi representada pelo secretário de Política Agrícola da Federação, José Carlos Castilho. Segundo ele, o encontro buscou encontrar uma saída emergencial aos cafeicultores, tendo em vista que as perdas ficaram em torno de 50%. Além da Fetaep, participaram da discussão o instituto Emater, algumas cooperativas e o Iapar, entre outras entidades.

Sob outro aspecto, a Fetaep também deverá efetuar um trabalho de estímulo para que o cafeicultor permaneça na atividade, pois “percebemos que o desânimo está grande entre os produtores”, destaca. O preço do café já não estava bom e muitos produtores, segundo relatos, não iriam conseguir pagar suas dívidas. “Agora com a geada o cenário se agravou ainda mais”, afirma Castilho, dizendo ainda que a grande preocupação da Fetaep nesse momento é com o êxodo rural.

Para Castilho, o café é uma cultura que sempre empregou muita gente, além de ser essencial à economia paranaense. “Diante disso, estamos preocupados com o futuro do agricultor familiar que cultiva o café”, afirmou. Com a geada, explica Castilho, o agricultor perde uma grande quantidade de área produtiva para plantar. “Após a queimada, é preciso renovar a planta por meio da poda. Fator este que pode levar de dois a três anos para a produção crescer ao ponto de ser colhida”, informa. ■



Julho

Dia	Ações	Participantes
01	Reunião da diretoria da Fetaep.	Diretores
02	Seminário do Plano Safra em Curitiba.	José Carlos Castilho
02	Aniversário de 45 anos da Fetaesc, em Florianópolis.	Ademir Mueller, Jairo Correa e Marucha Vettorazzi
03	Seminário do Plano Safra em Ivaiporã.	José Carlos Castilho, Marcos Maciel e Hermes Domingos
03 e 04	Evento Estadual da Juventude Rural.	Ademir Mueller, Marcos Brambilla e Ana Paula Conter
03 a 05	Coletivo Nacional de Formação e Organização Sindical, na Contag.	Mário Pléfk
04	Seminário do Plano Safra em Guarapuava.	José Carlos Castilho, Marcos Maciel e Hermes Domingos
04	Cargill - biodiesel.	Ademir Mueller
04	Conferência extraordinária do Conselho Estadual de Mulheres, em Curitiba.	Mercedes Demore
05	Seminário do Plano Safra em Ivaiporã.	José Carlos Castilho, Marcos Maciel e Hermes Domingos
05	Congresso do STTR de Cantagalo.	Ademir Mueller e Marucha Vettorazzi
08	Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil.	Marucha Vettorazzi
08	Reunião entre Fetaep e Emater.	Diretores
09	Seminário do Plano Safra em Ivaiporã.	José Carlos Castilho, Marcos Maciel e Hermes Domingos
09	Novas contratações de habitação rural em São Jorge do Oeste e em São João.	Aristeu Ribeiro
09 e 10	Conselho Estadual de Saúde.	Marucha Vettorazzi
10	Encontro da 3ª Idade em Saudades do Iguacu.	Mercedes Demore
10	Novas contratações de habitação rural em Santa Izabel do Oeste e em Matelândia.	Aristeu Ribeiro
11	Reunião da Regional 02 da Fetaep, em Jesuitas.	José Carlos Castilho, Mercedes Demore e Marucha Vettorazzi
11	Posse da diretoria da Regional 07 da Fetaep, em Santo Antônio da Platina.	Ademir Mueller
12	Seminário do Plano Safra em Campo Mourão.	José Carlos Castilho, Marcos Maciel e Hermes Domingos
12	Câmara Técnica do PNCF.	Marcos Brambilla e Matheus Ramos
15	Incra.	Marcos Brambilla
15	Reunião da diretoria da Fetaep.	Diretores
16	Conseleite, em Francisco Beltrão.	José Carlos Castilho
16 e 17	Oficina de Qualificação em Direito do Trabalho, na Fetaep.	Diretores e assessores
17	Encontro de Agricultores Familiares, em Laranjeiras do Sul.	José Carlos Castilho e Marcos Brambilla
17	Conselho do INSS.	Marucha Vettorazzi
17	Assinatura do convênio com a Cohapar para construção de casas para beneficiários do PNCF.	Aristeu Ribeiro
22	Granol - biodiesel.	Ademir Mueller
23	Seminário sobre Plano Safra em Ibaíti.	José Carlos Castilho, Marcos Maciel e Hermes Domingos
24	Abertura da Feira de Sabores, em Curitiba.	Ademir Mueller e Jairo Correa
25	Conselho de Saúde, em Curitiba.	Marucha Vettorazzi
25	Seminário sobre Plano Safra em Paranavai.	José Carlos Castilho, Marcos Maciel e Hermes Domingos
25	Assembleia da Unicafe.	Aristeu Ribeiro
26	Seminário sobre Plano Safra em Cascavel.	José Carlos Castilho, Marcos Maciel e Hermes Domingos
26	Souza Cruz - Cartilha do Trabalhador Rural.	Ademir Mueller e Jairo Correa
29	Conselho Fiscal da CTB, em São Paulo.	Ademir Mueller
30	Manejo de solo integrado, na Seab.	Ademir Mueller
30	Conselho da Mulher, Curitiba.	Mercedes Demore
30	Conferência Territorial e Intermunicipal de Umuarama.	José Carlos Castilho e Hermes Domingos
30 e 31	Encontro Regional de Assalariados(as) em Santa Catarina.	Jairo Correa, Marucha Vettorazzi e Clodoaldo Gazola
31	Comissão Nacional de Mulheres da Contag.	Mercedes Demore
31	Encontro de Multiplicadores, na Fetaep.	Ademir Mueller e Jairo Correa

Agosto

Dia	Ações	Participantes
01	Reunião com Emater e Ceasa.	Ademir Mueller e José Carlos Castilho
01 e 02	Encontro de Multiplicadores, na Fetaep.	Ademir Mueller e Jairo Correa
01 e 02	Comitê Gestor de Saúde da Contag.	Marucha Vettorazzi
01 e 02	Comissão Nacional de Mulheres da Contag.	Mercedes Demore
05	Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil.	Marucha Vettorazzi
05	Reunião da diretoria da Fetaep.	Diretores
05	Articulação de Educação no Campo em Cândói.	Mercedes Demore
06 e 07	Conferência Territorial Temática de Jovens e Mulheres, em Apucarana.	Marcos Brambilla e Mercedes Demore
08 e 09	Seminário do CFC e de DAP, em Curitiba.	Ademir Mueller e José Carlos Castilho
09	Mesa diretora de saúde.	Marucha Vettorazzi
12	Conselho fiscal do Senar.	Jairo Correa
13	Conseleite.	José Carlos Castilho
13	Habitação rural – reunião com Banco do Brasil.	Ademir Mueller e Aristeu Ribeiro
16	Elaboração da pauta do Grito da Terra Brasil.	Diretores e base
19	Conselho fiscal da Contag.	Ademir Mueller e Marcos Brambilla
20	Reunião de diretoria.	Diretores
22 a 24	III Congresso da CTB, em São Paulo.	Ademir Mueller, Jairo Correa, Marcos Brambilla, Marucha Vettorazzi e José Carlos Castilho
22 a 23	Encontro Estadual de Educação do Campo.	Mercedes Demore
26	Prejuízos da geada - Seab.	Ademir Mueller
27 e 28	Reunião na Contag com presidentes das Fetags.	Ademir Mueller
28	Conselho do Senar.	Marcos Brambilla
28	Conselho Estadual do Trabalho.	Jairo Correa
29 e 30	Reunião de diretoria.	Diretores

Fetaep – 50 anos de lutas e conquistas

É com muito orgulho que comemoramos, no mês de julho, 50 anos de lutas e conquistas. Ao longo de sua história, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais paranaense vem contribuindo para ampliar os direitos e fortalecer a classe trabalhadora rural, reivindicando, mobilizando, propondo e negociando políticas públicas diferenciadas. Felizmente, nesse percurso, contabilizamos conquistas nas mais diversas frentes de luta como política agrícola, agrária, meio ambiente, direitos trabalhistas e políticas sociais, além de contar com a ampliação da participação da mulher trabalhadora e da juventude rural.

Para comemorar o jubileu de ouro, estamos elaborando uma revista com informações sobre a nossa história, a forma como estamos organizados, os projetos que desenvolvemos, as principais áreas de atuação e os resultados obtidos. O objetivo da revista é resgatar parte da história do MSTTR, munindo não apenas a sociedade com informações sindicais, mas também a juventude rural que está chegando ao universo sindical. Além da revista, uma grande festa está sendo preparada para o mês de outubro, que deverá contar com a presença da base e de diversas autoridades.

Porém, além de pensarmos apenas em comemorações, os 50 anos têm nos propiciado algumas reflexões. Sabemos que temos muito por realizar e conquistar, tendo em vista de que a classe dos trabalhadores(as) rurais ainda integra o maior contingente de excluídos do atual modelo de desenvolvimento – o que nos mantém firmes na empreitada. Entretanto, isso não nos impede que continuemos dedicando todos os nossos esforços na garantia da efetiva aplicação do que já foi conquistado.

Para seguir em frente em busca de melhores condições de vida no campo, a Fetaep e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) filiados vêm se pautando segundo as diretrizes do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) – que tem como proposta estabelecer uma nova relação entre campo e cidade, superando a visão do rural como atrasado e ao mesmo tempo respeitando as especificidades de cada meio. Nesse contexto, propõe ainda a concepção de desenvolvimento sob as perspectivas da equidade de oportunidades, justiça social, preservação ambiental, crescimento econômico, soberania e segurança alimentar, tendo os trabalhadores(as) rurais como protagonistas desse processo.

Você encontrará mais informações sobre a comemoração dos 50 anos na próxima edição do Jornal da Fetaep. Aguarde!

Ademir Mueller
Presidente da Fetaep

► Expediente

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ
Av. Silva Jardim, 775 – Rebouças – Curitiba (PR) – Fone: (41) 3322-8711

Presidente: Ademir Mueller; Vice-presidente: Mário Pléfk; 2º Vice-presidente: José Carlos Castilho; 3º Vice-presidente: Maria Marucha Vettorazzi; Secretário: Aristeu Ribeiro; Tesoureiro: Jairo Corrêa de Almeida; Coordenadora de mulheres: Mercedes Panassol; Coordenador de jovens: Marcos Brambilla.

Jornalista responsável: Renata Souza - 5703 SRTE/PR - e-mail: imprensa@fetaep.org.br
Projeto gráfico e diagramação: RDO Brasil - (41) 3338-7054
Impressão: Gráfica AJIR | Tiragem: 5 mil exemplares | Apoio: Senar-PR

► Notas FETAEP

Dia da Agricultura Familiar

A Fetaep parabeniza todos os agricultores(as) familiares pelo seu dia, comemorado em 25 de julho. Esta data deve ser bastante festejada por conta da visibilidade e do reconhecimento que esses trabalhadores e trabalhadoras rurais vem conseguindo ao longo dos anos. No entanto, apesar de a categoria ter avançado bastante na conquista de melhores condições de trabalho, ainda faltam muitas coisas a serem conquistadas e reivindicadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

“Já melhoramos muito, mas só estaremos plenamente satisfeitos quando todos os assalariados rurais possuírem carteira de trabalho assinada; quando os empregadores investirem em segurança e saúde no trabalho; quando acabarmos de vez com o trabalho análogo ao escravo; quando os agricultores familiares tiverem acesso ao crédito e a outras políticas públicas de forma menos burocrática; enfim, por estas e outras questões podemos afirmar que o Movimento Sindical ainda tem muito a fazer pelos trabalhadores rurais”, afirma o presidente da Fetaep, Ademir Mueller.

Helicoverpa versus inseticidas

A Fetaep participou, no dia 16 de julho, no auditório da ADAPAR, do seminário que discutiu os problemas decorrentes da infestação da Helicoverpa armigera – uma lagarta que esta gerando preocupação aos produtores de soja. Segundo o secretário de Política Agrícola, José Carlos Castilho, muitos produtores, com o objetivo de prevenir, estão usando inseticidas de forma indiscriminada, sem a real necessidade. Para a ADAPAR, a aplicação de defensivo não funciona como preventivo e, pelo contrário, pode gerar uma resistência da praga. Desta forma, a Fetaep salienta a importância de se adotar um Manejo Integrado de Pragas (MIP). Durante o seminário, a Federação foi representada pelo técnico agrícola Hermes Alves Domingos.

Conselho de Saúde



Reunião da mesa diretora do Conselho Estadual de Saúde (Cesa), realizada no dia 06 de agosto, preparou a pauta de reivindicação do encontro ordinário mensal com os 72 conselheiros municipais do Paraná. A secretária de Políticas Sociais da Fetaep, Marucha Vettorazzi, é a segunda tesoureira da mesa diretora e representante dos trabalhadores rurais dentro do Cesa. Segundo ela, além de preparar a reunião ordinária, o grupo verificou as propostas oriundas de hospitais, do governo e de conselhos municipais, entre outros, para a melhoria do atendimento prestado aos usuários do SUS.

Microbacias

O Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e demais parceiros, está implementando o Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacia Hidrográfica, que tem como objetivo recuperar e manter a capacidade produtiva dos recursos naturais, com base na gestão de Microbacias Hidrográficas. A previsão é atuar em 400 microbacias até 2015, em todos os municípios do Paraná. A Fetaep vai colaborar com o projeto e, segundo o presidente Ademir Mueller, a Federação fará um trabalho de conscientização junto sua base.

Leite em pauta

Valores de Referência da Matéria-Prima Leite

Matéria-prima	Julho 2013 (Valor Final)	Agosto 2013 (Projeção)
Valores de Referência para o CONSELEITE IN62**		
Posto Propriedade	0,8884	0,9267

(**) O “Valor de referência CONSELEITE IN62” refere-se a um leite que tem 3% de gordura; 2,9% de proteína; 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

SENAR-PARANÁ

Agosto/2013

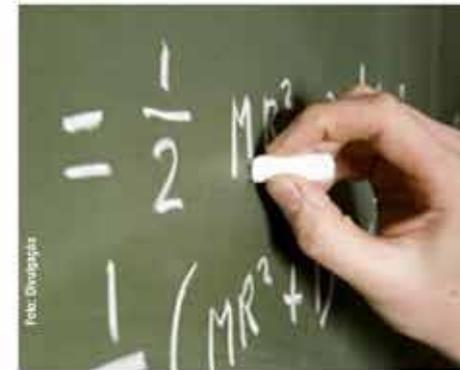
QUALIFICANDO E
PROMOVENDO A
FAMÍLIA RURAL

senarpr.org.br | senarpr@senarpr.org.br



Olimpíada Rural de Matemática

Concurso oferece 3 mil
vagas em todo o Estado



Os alunos que cursaram (em 2012) ou estão cursando os Programas Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ) e o Programa Nacional de Acesso do Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) podem participar do Concurso Olimpíada Rural de Matemática, do SENAR-PR.

Destinado a motivar a participação dos jovens e criar o hábito de estudar de uma forma diferente, a inscrição para a Olimpíada poderá ser feita até o dia 19 de agosto, via internet, pelo endereço <http://ead.sistemafaep.org.br/>. Todas as atividades serão realizadas na modalidade de Educação à Distância (EAD).

“Queremos incentivar a criação desse hábito de estudo à distância em adolescentes e jovens desenvolvendo o raciocínio lógico estimulando-os a participarem de outros cursos de formação continuada oferecidos pelo SENAR-PR”, comenta o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto.

Estão sendo disponibilizadas três mil vagas em todo o estado. O concurso vai trabalhar os conteúdos de Regra de Três e Medidas de área e volumes, fundamentais para o desenvolvimento das atividades agrossilvopastoris. Serão classificados 40 participantes, que apresentarem melhor desempenho das atividades. Esse grupo fará uma prova presencial em Curitiba, no dia 29 de novembro, para escolha de três vencedores. Os finalistas ganharão um Tablet com tela 9.7 – Drive Flash 16GB.

“É através da competição que daremos oportunidade aos alunos de mostrarem que aprenderam o conteúdo e estudaram, por isso não escolheremos apenas um finalista. A participação no concurso também é uma forma lúdica de reforçar os conteúdos repassados pela escola”, explica a pedagoga e técnica do SENAR-PR responsável pelos programas JAA e AAJ, Regiane Hornung.

O conteúdo de matemática para o curso EAD foi desenvolvido pelo professor dos cursos de Engenharia da PUC e UFPR, Luiz Carlos de Domenico, enquanto a doutora e pesquisadora Gabriela Exng Possoli está desenvolvendo o plano de trabalho do curso da Olimpíada Rural de Matemática. Entre os jovens já inscritos está Jhonatan André Dalle Laste, 16 anos, do município de Salgado Filho. Ele é filho único e pretende assumir a propriedade de 80 hectares da família. “Adoro matemática e sempre que posso ajudo meus colegas que têm alguma dificuldade. Esse concurso é uma oportunidade de checar meus conhecimentos e relembrar o que eu aprendi no JAA



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente
Agide Meneguette - FAEP

Membros Titulares
Ademir Mueller - FETAEP
Darciliana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR
Rosamir Curi Zarattini - SENAR AC

Membros Suplentes

Marcos Junior Brandilla - FETAEP
João Luiz Rodrigues Biscari - SENAR AC
Nelson Costa - OCEPAR
Ari Faria Bittencourt - FECOMÉRCIO

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares
Sebastião Olímpio Santarraz - FAEP

Jairo Correa de Almeida - FETAEP
Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

Membros Suplentes
Ciro Tadeu Alcântara - FAEP
Lauro Lopes - SENAR AC
Mario Pleik - FETAEP

SUPERINTENDENTE
Humberto Malucelli

Jovens paranaenses se preparam para as Conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário



Coordenador estadual de Jovens e secretário de Agrárias, Marcos Brambilla, falou sobre a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Com o objetivo de preparar os jovens paranaenses para um debate concreto e efetivo durante as Conferências Territoriais e Intermunicipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, a Fetaep capacitou, nos dias 03 e 04 de julho, 35 jovens oriundos de diversas regiões do Estado. O coordenador estadual de Jovens da Fetaep, Marcos Brambilla, repassou orientações referentes à realização da Conferência Nacional e coordenou os trabalhos de grupo.

Os demais temas abordados durante o seminário foram: “Desenvolvimento Rural e a Agricultura Familiar com Acesso à Terra”, com o professor da UFPR e doutor em “Educação: História, Política, Sociedade”, Graciliano da Silva Dias; “Desenvolvimento Territorial com a Participação Social”, com o gerente estadual do Emater, Benedito Luiz Almeida; e o “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS)”, com a assessora da secretaria de Formação da Fetaep, Marileia Tonietto.

O professor Dias fez uma reflexão acerca das políticas públicas existentes que, infelizmente,

foram elaboradas com um olhar voltado apenas para os urbanos – deixando os rurais de lado. Segundo ele, cabe à juventude que está chegando agora ao Movimento Sindical se articular para mudar esse modelo excludente. “Vocês têm um grande desafio pela frente, devendo lutar para sensibilizar suas comunidades sobre o conceito errôneo de que os rurais são inferiores. É preciso mudar valores incutidos na mente da própria população rural”, enfatizou.

Para o professor, pensar em desenvolvimento é pensar no passado, no presente e no futuro. “Para tal, vocês precisam pensar grande para ousar e propor. Temos que exigir muito mais, como, um subsídio ambiental para manter a pequena propriedade e pressionar o governo para a reforma agrária”, enfatizou. Para isso, ele orientou que os jovens não devem ficar esperando que os políticos façam por eles. “Lutem e corram atrás dos interesses de vocês”, aconselhou.

Já o gerente estadual do Emater, Benedito Almeida, citou as diversas formas de desenvolvimento: agrícola, sustentável, social, econômico, local e territorial. Além disso, salientou de que forma o

jovem pode intervir em busca do desenvolvimento e de uma sociedade evoluída, sem tantas desigualdades e com uma economia forte. “O papel de vocês nas conferências é essencial para levar propostas de mudanças para a nossa sociedade e o meio rural”, concluiu.

Por fim, a assessora da Fetaep, Marileia Tonietto, falou sobre o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que dá o norte às ações do Movimento Sindical. Como didática de trabalho, ela apresentou algumas imagens que enfocaram o contraste entre o agronegócio bem sucedido e a pobreza rural. “O objetivo foi despertar uma visão crítica sobre o papel dos rurais na nossa sociedade atual”, afirmou.

O presidente da Fetaep, Ademir Mueller, participou do encerramento dos trabalhos e, em sua fala, destacou a importância da oxigenação do MSTTR por meio da participação da juventude. “Trabalhamos não apenas em prol da sucessão rural, mas também da sucessão sindical. Atualmente, temos muitos jovens capazes de assumirem importantes cargos dentro do Movimento”, salientou Mueller. ■



“O latifúndio brasileiro tem as mãos sujas de sangue, sendo marcado pela grilagem covarde. A história da propriedade da terra no Brasil é criminosa”, professor da UFPR, Graciliano Dias.

Conferências Territoriais e Intermunicipais iniciam no Paraná



Dirigentes sindicais na Conferência Territorial realizada em Umuarama no dia 30 de julho.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (Condraf) estão realizando, de março a outubro deste ano, as conferências territoriais, intermunicipais, municipais, estaduais, distrital, setoriais e livres com vistas à realização da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS). A Fetaep participou das Conferências de Loanda e de Umuarama, sendo representada pelo secretário de Política Agrícola, José Carlos Castilho.

O objetivo central das Conferências é a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, de forma par-

ticipativa, envolvendo nesse processo representações das diversas instâncias de governo, além da sociedade civil organizada, entre eles agricultores familiares, assentados da reforma agrária, camponeses, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens.

Muitos estarão representando e defendendo os anseios da agricultura familiar e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados ou não. Segundo Castilho, entre as principais demandas oriundas das Conferências que participou estão a educação no campo, a reforma agrária, a desburocratização do crédito fundiário e a necessidade de mais unidades da Casa

Familiar Rural, entre outras questões importantes para a agricultura familiar.

Das Conferências Territoriais e Intermunicipais foram eleitos 240 delegados e delegadas, que juntos participarão da Conferência Estadual, a ser realizada de 27 a 29 de agosto.

Conferência Temática – Jovens e mulheres também tiveram um conferência específica, realizada em Apucarana, nos dias 06 e 07 de agosto, voltada aos seus anseios. Organizada e coordenada pela Fetaep e pelo Instituto Emater, em parceria com o Cedraf, o encontro buscou qualificar e melhorar as propostas que serão debatidas na Conferência Estadual. A Fetaep foi representada pelo coordenador estadual de Jovens, Marcos Brambilla. ■

Posse da Regional 7 da Fetaep

Fetaep quer fortalecer sindicatos da região e melhorar vida no campo.



Membros da diretoria da Regional 7.

Durante visita a Santo Antônio da Platina, na solenidade de posse da nova diretoria da Regional 7 da Fetaep, no dia 11 de julho, o presidente da Federação, Ademir Mueller, destacou que um dos objetivos da entidade é fortalecer os sindicatos para, consequentemente, melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais. Para ele, a posse dos

novos dirigentes na Regional 7 vai oxigenar o Movimento Sindical, fortalecendo a Federação no norte pioneiro.

A delegada eleita, Silvana Cândido, afirmou que a meta é fazer um trabalho descentralizado e em parceria com os sindicatos da região. “Já como plano de ação, vamos ini-

ciar um trabalho de visita aos sindicatos da Regional 7 que não estão participativos”, comenta. Segundo ela, seu maior projeto como delegada será em prol de uma qualidade de vida melhor para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. ■

Com informações do site Revelia.com

Paraná prorroga a suspensão do cadastro e averbação da reserva legal

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) anunciaram no final do mês de junho a publicação da Resolução Conjunta nº 005/2013 que prorroga a suspensão do cadastro e a averbação da reserva legal em propriedades rurais no Estado. A suspensão foi o primeiro passo dado pelo Estado para adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), que atende a Lei Federal nº 12.651/2012, que é o novo Código Florestal.

A Fetaep foi uma das entidades que somou esforços para concretizar essa prorrogação por entender que o prazo anterior era inviável aos agricultores. “Tão logo seja disponibilizado o sistema de implantação do CAR, a Federação iniciará um forte trabalho de divulgação e capa-

citação junto às dez regionais”, informa o secretário de Meio Ambiente da Fetaep, Mário Plefk.

Publicada em dezembro de 2012, a antiga resolução conjunta suspendia por 180 dias a obrigatoriedade do cadastramento das propriedades rurais no Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg). A nova Resolução mantém os efeitos de suspensão da averbação de Reserva Legal até a edição do Decreto que regulamentará o CAR no Estado do Paraná.

No período de suspensão, os licenciamentos ambientais serão emitidos sem a obrigatoriedade do cadastro - junto ao Sisleg - ou com alguma notificação, devendo constar

nas condicionantes que tal obrigatoriedade será exigida após definição das novas normas. Da mesma forma, a fiscalização desta obrigatoriedade também fica suspensa neste período.

CAR – O Cadastro Ambiental Rural (CAR) criado com a implantação do novo Código Florestal, no fim de 2012, prevê o cadastramento das reservas legais e de áreas de proteção ambiental de todas as propriedades rurais do país. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Ibama, vem firmando convênios com os estados para ceder imagens de satélite e sistemas de informática para que os proprietários rurais cadastrem seus imóveis. ■

Fonte: AEN.

Fetaep passa pelas dez regionais divulgando Plano Safra

Os seminários passaram pelos municípios de Realeza, Cascavel, Ivaté, Paranavaí, Campo Mourão, Guaraci, Ibaiti, Guarapuava, Ivaiporã e Curitiba.



Seminário realizado em Guarapuava.

As expectativas da Fetaep foram atingidas com a realização dos dez seminários sobre o Plano Safra 2013/2014 que, juntos, atingiram cerca de 1 mil participantes – entre dirigentes sindicais, agentes financeiros, técnicos do Instituto Emater, cooperativistas, conselheiros municipais e lideranças políticas. Durante todo o mês de julho, a Secretaria de Política Agrícola, representada pelo secretário José Carlos Castilho, pelo assessor estadual Marcos Maciel e pelo técnico agrícola Hermes Alves Domingos, passou pelos municípios de Curitiba (dia 02), Ivaiporã (dia 03), Guarapuava (dia 04), Realeza (dia 05), Ivaté (dia 09), Campo Mourão (dia 12), Ibaiti (dia 23), Guaraci (dia 24), Paranavaí (dia 25) e Cascavel (dia 26).

Os seminários cumpriram com o objetivo de transmitir informações acerca do Plano Safra e, segundo Castilho, o diferencial deste ano foi o debate em torno das linhas especiais de crédito – como o Pronaf Eco, o Pronaf Floresta, o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem – que ainda não estão sendo utilizados da forma que deveria sob o ponto de vista da Fetaep. “São linhas de crédito importantes e que estão sendo pouco utilizadas por conta de algumas barreiras impostas pelos

agentes financeiros”, comenta o secretário de Agrícola, dizendo ainda que, até o momento, os jovens têm sido os mais prejudicados.

Porém, mesmo diante das dificuldades, alguns jovens estão conseguindo acessar o Pronaf graças à atuação e ao trabalho desempenhado pelo Movimento Sindical. A assinatura de contrato mais recente aconteceu durante o seminário do Plano Safra, em Campo Mourão, quando dois jovens de Moreira Sales foram contemplados com a linha especial de crédito.

“A Fetaep reconhece o importante trabalho desempenhado pelo STTR de Moreira Sales ao lutar em prol da juventude. Quando há a vontade de trabalhar – seja do STTR, dos assessores e dos bancos – as coisas acontecem”, salienta Castilho, dizendo ainda esperar que os demais municípios do Estado se espelhem nos bons exemplos.

Além de apresentar as informações técnicas sobre o Plano Safra, a Fetaep fez uma reflexão sobre a importância do crédito rural como instrumento de desenvolvimento rural sustentável. “Chamamos a atenção dos participantes que o crédito deve ser usado para impulsionar a propriedade como um

todo, alavancando, dessa forma, a qualidade de vida daqueles que ali habitam”, destaca.

Outro destaque do lançamento desse ano ficou por conta da grande participação dos conselheiros municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. “Atendendo a nossa demanda, todos os seminários contaram com a presença dos conselheiros que, por sua vez, tiveram um espaço para expor os trabalhos desenvolvidos nos municípios”, concluiu Castilho. ■



Os jovens de Moreira Sales, Ademir Ferreira de Matos e João Pedro de Souza, assinaram o contrato do Pronaf Jovem durante o seminário do Plano Safra realizado pela Fetaep em Campo Mourão. Na foto, em pé, estão Márcio Perin (Emater), Regina Barbato (STTR de Moreira Sales), Célia Luíza Izelli de Oliveira (Banco do Brasil) e José Carlos Castilho (Fetaep).

Fetaep visita famílias que serão desapropriadas pela Usina Baixo Iguaçu

Fetaep encaminhou depoimentos das famílias prejudicadas a autoridades competentes.



Acampamento perto do local onde deverá ser construído o canteiro de obras da Usina do Baixo Iguaçu

No dia 22 de julho, a Fetaep e o STTR de Capitão Leônidas Marques visitaram os membros da Associação dos Atingidos do Baixo Iguaçu (ADABI) e conversaram com algumas famílias que serão desapropriadas para a construção da usina na região. Segundo o secretário de Políticas Agrárias da Fetaep, Marcos Brambilla, cerca de 600 agricultores(as) oriundos

de Capitão Leônidas Marques e Capanema deverão ter suas terras desapropriadas.

De acordo com relatos de alguns agricultores acampados perto do local onde deverá ser construído o canteiro de obras da usina, o futuro das famílias é incerto, tendo em vista que a indenização oferecida pelos terrenos é baixa. “Além disso, muitas estão sendo obrigadas a vender grande parte da propriedade, ficando, portanto, com pouca terra para viabilizar a permanência na propriedade”, explica Brambilla.

Um dos casos que chamou a atenção da Fetaep foi a propriedade de um agricultor familiar que possuía três alqueires de terra, mas que está sendo obrigado a vender dois. “A família, que antes trabalhava com a produção de leite, não

conseguirá produzir no alqueire remanescente devido à falta de espaço”, informa o secretário de Agrária. Além disso, continua ele, com o valor que estão pagando pela terra, fica impossível a compra de outra propriedade de tamanho semelhante. Segundo a Associação dos Atingidos, o valor que está sendo pago pelas terras é R\$ 41 mil o alqueire, sendo que a média do valor praticado na região é R\$ 80 mil o alqueire.

A Fetaep, em defesa das famílias prejudicadas, enviou aos órgãos competentes – entre eles governo do Estado, Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, Copel (proprietária de parte da Usina) e Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) - documento solicitando medidas que assegurem a indenização justa às famílias ou o reassentamento nas mesmas condições que suas propriedades possuíam. ■

Comissão de Agricultura aprova PL que trata do seguro-desemprego para safristas de curta duração

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou no dia 20 de junho, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.285/12, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), que garante o direito ao seguro-desemprego por até quatro meses ao trabalhador rural que tenha sido contratado por tempo determinado, nas modalidades de contrato de safra e por pequeno prazo, no valor de um salário mínimo. Na ocasião, o deputado federal Assis do Couto (PT/PR) apresentou o seu parecer favorável à matéria.

A CONTAG, através da Secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais e da Assessoria Parlamentar, está acompanhando e articulando a votação desse PL desde o Senado Federal e continuará lutando para que ele seja definitivamente aprovado. ■

Como funcionará

Após a aprovação final do PL, o trabalhador e a trabalhadora rural desempregado(a) que tenha sido contratado por safra (Lei nº5.899/73) e por pequeno prazo (Lei 11.718/08), fará jus ao benefício do seguro-desemprego por até quatro meses, no valor equivalente a um salário mínimo mensal, a cada período de 16 meses, desde que comprove:

I - a existência anterior de relações de emprego contratadas por safra, por pequeno prazo ou por prazo determinado, por período total mínimo de oito meses, durante os últimos 24 meses;

II - encontrar-se em situação de desemprego involuntário;

III - não estar em gozo de benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social;

IV - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente para sua manutenção e a de sua família.

O benefício será cancelado em caso de início de atividade remunerada, de percepção de qualquer outra remuneração regular ou benefício previdenciário ou de morte do beneficiário.

Fonte: Contag

PEC contra o trabalho escravo é aprovada na CCJ do Senado Federal

A luta continuará no Plenário do Senado.

Depois de manobras de senadores membros da bancada ruralista para tentarem impedir a votação da Proposta da Emenda Constitucional 57A/1999, contra o trabalho escravo, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou a proposta sem alterações ao texto oriundo da Câmara dos Deputados.

A PEC 57A/99 dispõe que quaisquer propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas a exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Os senadores Blairo Maggi (PR-MT), Agripino Maia (DEM-RN) e Waldemir Moka (PMDB-MS)

insistiram na necessidade de adiar a votação para formular o conceito de trabalho escravo e de como se darão os processos de expropriação. Já os senadores Ana Rita (PT-ES), Wellington Dias (PT-PI) e Lídice da Mata (PSB-BA) recordaram que a PEC está há 14 anos em tramitação e, portanto, houve tempo suficiente para o debate. A presença dos trabalhadores e trabalhadoras foi importante para que não houvesse prorrogação de prazos na CCJ. Mais de 80 trabalhadores e trabalhadoras rurais ligados à CONTAG acompanharam a Sessão para pressionar a votação e impedir que uma nova manobra fosse imposta pelos senadores contrários à PEC.

A PEC segue agora para o Plenário do Senado para ser votada definitivamente em um prazo de

30 dias. Neste período, será constituída uma Comissão para formular o conceito de trabalho escravo.

Dessa forma, a vigilância do MSTTR continuará e a CONTAG acompanhará os debates da Comissão. Para o presidente da Contag, Alberto Broch, o MSTTR está no caminho certo em reafirmar que o direito de propriedade não é inviolável. “Quando não se cumpre a função social da propriedade e coloca pessoas em condições análogas à escravidão, a saída mais justa é a expropriação dessa área para acabar definitivamente com este crime de privação da liberdade e fazer com que a terra realmente cumpra a sua função social reassentando famílias de trabalhadores rurais sem terra”, salienta. ■

Fonte: Contag

MTE regulamenta luvas para o corte de cana

Obrigatoriedade do fornecimento do equipamento, nos moldes da portaria nº 392, entra em vigor em um ano.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou no Diário Oficial da União do dia 26 de julho a Portaria Nº 392, que aprova o Regulamento Técnico (RT) para luvas de segurança utilizadas na atividade de corte de cana-de-açúcar. Pelo regulamento, o equipamento deve conter requisitos específicos para garantir a segurança do trabalhador que realiza a atividade, manualmente. A Fetaep comemora a regulamentação e, desde já, pede aos STR's filiados que fiquem atentos quanto à adesão, por parte dos empregadores, desse novo modelo de luva.

Segundo o coordenador-Geral de Normatização e Programas do MTE, Rômulo Machado

e Silva, o RT da “luva canavieira” atende ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar assumido pelo MTE e resultou da constatação de que as luvas utilizadas atualmente não são adequadas para a atividade. “Em muitas ocasiões constatamos que os empregadores forneciam aos seus trabalhadores luvas, genéricas, utilizadas contra riscos mecânicos, e que apesar de terem o Certificado de Aprovação concedido pelo MTE, não eram adequadas à atividade do corte de cana e que, conseqüentemente, machucavam as mãos dos trabalhadores. Tal fato, inclusive, foi objeto de estudo feito pela Fundacentro (Fundação Jorge Duprat

Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho)

Luva - A luva é um Equipamento de Proteção Individual (EPI). Conforme prevê a legislação, o empregador é obrigado a fornecer o equipamento, gratuitamente, aos seus empregados. O EPI deve ser adequado ao risco da atividade a ser exercida e deve ser oferecido ao trabalhador em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam a completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho. ■

Fonte: Assessoria de Comunicação/MTE

“Mulher, viver sem violência”

Novo programa do governo federal prevê a construção de casas para abrigar mulheres vítimas de violência. Em Curitiba, a casa será construída no bairro Cabral.

O Paraná assinou no dia 26 de julho o Acordo de Cooperação Federativo para a implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Termo de Adesão ao Programa “Mulher, Viver sem Violência”, ambos do governo federal. A Fetaep foi representada pela coordenadora estadual de Mulheres, Mercedes Demore.

O ato – realizado no Tribunal de Justiça, em Curitiba - representa a união de esforços entre os poderes públicos, contando com a participação da sociedade civil organizada, para combater a violência contra as mulheres. A ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da

República, esteve presente. Segundo ela, os programas do governo federal visam à implementação real da Lei Maria da Penha, que é uma das mais fortes do mundo. Ela destacou que o programa prevê a criação da Casa da Mulher Brasileira nas capitais.

Em Curitiba, a casa deve ser inaugurada em abril de 2014, no bairro Cabral. “A casa contará com toda uma infraestrutura, oferecendo transporte, assistência psicossocial, alojamento. A mulher poderá sair do local com medida protetiva em mãos”. A ministra lembrou que todas as políticas públicas se fazem em conjunto entre os governos e a sociedade civil. ■



*Com informações da AEN.

Lei Maria da Penha

Viver SEM VIOLÊNCIA é um direito das MULHERES

Proteção e segurança que muda a vida das mulheres

A Lei Maria da Penha é uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras e foi criada para a proteção delas contra a violência doméstica e familiar. Este tipo de agressão fere os direitos das mulheres, humilha, maltrata e mata.

A Lei obriga o Estado e a sociedade a proteger as mulheres contra esse tipo de violência durante toda a sua vida – não importa idade, classe social, cor/raça, lugar onde mora, religião e orientação sexual.

Definição de violência doméstica e familiar

A Lei Maria da Penha define cinco formas de agressão como violência doméstica e familiar.

- ✳ **Violência Física** – ofender a integridade ou saúde corporal – bater, chutar, queimar, cortar, mutilar.
- ✳ **Violência Moral** – ofender com calúnias, insultos ou difamação – lançar opiniões contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos.
- ✳ **Violência Psicológica** – causar dano emocional, diminuir a autoestima, prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento pessoal, ações, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento, tirar a liberdade de pensamento e de ação.
- ✳ **Violência Patrimonial** – reter, subtrair, destruir parcial ou totalmente objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.
- ✳ **Violência Sexual** – presenciar, manter ou obrigar a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, que induza a mulher a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.

Situações de ocorrência da violência doméstica e familiar

A Lei define as seguintes situações:

- ✳ **Na unidade doméstica** – na casa onde convivem parentes ou não, incluindo pessoas que frequentam esta casa ou vivem ali como agregadas.
- ✳ **Na família** – comunidade familiar formada por pessoas que são ou se consideram parentes por laços de sangue ou afinidade.
- ✳ **Nas relações íntimas de afeto** – comunidade familiar formada por pessoas que são ou se consideram parentes por laços de sangue ou afinidade. A lei inclui também como relações íntimas de afeto os casais formados por duas mulheres.

??? Perguntas frequentes ???

1 Qual o primeiro passo para se proteger contra a violência doméstica e familiar?
 Buscar ajuda! A mulher vítima da violência, deve procurar a Delegacia da Mulher ou Delegacia de Polícia e registrar o Boletim de Ocorrência contra seu agressor.

2 Quais órgãos públicos têm por obrigação atender as mulheres vítimas da violência?
 Delegacia de Polícia ou Delegacia da Mulher; Ministério Público; Defensoria Pública; Juizado da Violência Doméstica e Hospitais Públicos.

3 Que apoio a Lei assegura às mulheres?
 Centro de Referência de Atendimento à Mulher - oferece apoio psicológico e social.
 Casa Abrigo - acolhe e presta assistência psicológica e jurídica.
 Creas - Centro de Referência Especializada da Assistência Social – ajuda psicológica e social para os casos de violência.
 Cras - Centro de Referência e Assistência Social – ajuda psicológica e social.
 IML - Instituto Médico Legal – exame de corpo de delito e outros exames periciais necessários.

Centros de Saúde - oferecem o atendimento de prevenção e atenção à saúde.
 Programas de Assistência e de Inclusão Social dos governos federal, estadual e municipal - a inclusão nesses programas deve ser solicitada pela mulher ao Juizado ou Ministério Público.
 Programas de Qualificação Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho - a inclusão deve ser solicitada pela mulher ao Juizado ou Ministério Público.

4 O que diz a Lei sobre garantir a proteção das mulheres e da sua família?
 Medidas Protetivas de Urgência – afastamento do agressor do lar; suspensão da posse de arma; comunicação sobre a saída do agressor da prisão; proibição de determinadas condutas como: aproximação da mulher e familiares com determinada distância, proibição do contato por qualquer meio de comunicação, proibição do agressor de frequentar determinados lugares, restrição ou suspensão de visitas do agressor aos dependentes, prestação de alimentos provisórios e prisão preventiva. Em caso de risco de morte o juiz pode determinar o acolhimento das mulheres e de seus filhos e filhas em Casas de Abrigo ou lugar protegido. A Delegacia de Polícia deve oferecer transporte à mulher e seus dependentes para deslocamento a um abrigo ou local seguro, ajudando, se necessário, na retirada de seus pertences do domicílio familiar.
 O agressor pode ser preso em flagrante, isto é, no ato ou logo após a agressão à mulher.

5 O que diz a Lei sobre garantir a guarda dos filhos e o patrimônio das mulheres?
 A mulher que sofreu violência, mesmo que saia de casa, não perde a guarda dos filhos, tem direito assegurado a pensão alimentícia e não perde os seus bens.

6 A Lei vale somente para pessoas casadas?
 Não. Relacionamentos afetivos com maridos, companheiros, noivos ou namorados, mesmo que não morem sob o mesmo teto, inclusive após o fim do relacionamento afetivo, podem ser enquadrados na Lei Maria da Penha. Vale também para casais formados por duas mulheres.

Capacitação em CFC lota auditório da Fetaep



A capacitação em CFC foi ministrada por Jeferson Galvão, assessor de Agronegócios do Banco do Brasil.



Destinado aos STTRs que já são canalizadores do crédito e também a novos interessados, o evento atingiu mais de 100 participantes.

A Fetaep, em parceria com o Banco do Brasil, realizou no dia 09 de agosto o curso de capacitação e atualização em CFC (Canal Facilitar do Crédito). Destinado aos STTRs que já são canalizadores do crédito e também a novos interessados, o evento atingiu mais de 100 participantes. Segundo o secretário de Política Agrícola, José Carlos Castilho, o objetivo do encontro foi otimizar o atendimento dos Sindicatos que já trabalham com o CFC e apresentar o programa àqueles que ainda não são parceiros. O curso foi ministrado por Jeferson Galvão, assessor de Agronegócios do Banco do Brasil.

Para o presidente da Fetaep, Ademir Mueller, tanto o dirigente quanto o funcionário devem ter ciência da responsabilidade que carregam quanto ao sigilo dos dados. “Muitas das informações ali presentes são sigilosas e devemos

atuar com discrição”, recomendou Mueller, dizendo ainda que a Federação do Paraná foi a precursora da parceria com o Banco do Brasil com relação ao CFC. “Agora, vamos lutar para que a ajuda de custo dada aos sindicatos seja ampliada”, comenta.

Convênio – Desde 2009 a Fetaep vinha negociando com o Banco do Brasil uma forma de remunerar os sindicatos canalizadores do crédito. Foi então que, em 19 de dezembro de 2011, o convênio inédito no Brasil foi assinado entre a Federação e o Banco. Com o incentivo financeiro recebido pelos STTRs que operam o CFC, a expectativa da Fetaep é descentralizar ainda mais o acesso ao crédito e facilitar a vida do agricultor, que não precisará mais ir até ao Banco para ter acesso aos benefícios financeiros. Basta que se dirija ao Sindicato. ■

Encontro de Multiplicadores reúne 55 dirigentes na FETAEP



Jairo Correa, Ademir Mueller e Mário Plefk sanaram dúvidas dos participantes sobre a organização sindical e a sustentabilidade político-financeira.

Com o propósito de analisar as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais (PNFES); de debater as deliberações congressuais referentes à sustentabilidade político-financeira e à organização sindical do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR); além de planejar ações e definir metas voltadas ao gerenciamento financeiro e administrativo das entidades sindicais, a Fetaep reuniu 55 dirigentes de

sua base durante o Encontro Estadual de Multiplicação Criativa da Gestão Administrativa e Financeira, realizado de 31 de julho a 02 de agosto.

Durante a abertura do evento, o presidente da Federação, Ademir Mueller, salientou a importância de refletir sobre os problemas que o MSTTR vem enfrentando atualmente. “Precisamos repensar a prática sindical e levantar diagnósticos que nos possibilitem buscar alternativas de fortalecimento do Movimento Sindical, seja na ação e na gestão sindical, para, com isso, trazer novos associados – seguindo os princípios da unicidade sindical e do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Para tal, precisamos avaliar a nossa gestão sindical como um todo, de forma sistêmica”, enfatizou.

Já para o secretário de Assalariados(as) e Finanças da Fetaep, Jairo Correa, os dirigentes precisam rever aquilo que não está bom e melhorar as ações sindicais do MSTTR daqui para a frente. “Vocês devem ser os multiplicadores de tudo que debatemos aqui”, recomendou. O secretário de Formação e Organização Sindical,

Mário Plefk, salientou a importância dos multiplicadores planejarem ações nas regionais difundindo os temas ali debatidos.

Deliberações – Do encontro de multiplicadores saíram as seguintes deliberações: realizar cursos na regional difundindo os aprendizados adquiridos; reorganizar a comissão de ética; e efetuar um trabalho de visita à comunidade local e às frentes de trabalho dos assalariados para ouvir as reais necessidades dos trabalhadores. A Fetaep fará um monitoramento do encaminhamento das ações e, em novembro, esse mesmo grupo se reunirá novamente na Federação para repassar o desenrolar dos trabalhos desenvolvidos. ■



Mística de encerramento.

► Aconteceu



No dia 07 de agosto, a Fetaep realizou o curso de capacitação e de atualização em DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) voltado aos dirigentes sindicais e aos funcionários dos Sindicatos. Ao todo, cerca de 150 participantes foram capacitados. A abertura dos trabalhos contou com a presença do presidente da Fetaep, Ademir Mueller, do secretário de Política Agrícola, José Carlos Castilho, e do implementador estadual de Crédito Rural do Emater, Osmar Schultz. Do encontro surtiu a demanda de que o MSTTR terá um único critério para a emissão de DAP. O secretário de Política Agrária da Fetaep, Marcos Brambilla, também prestigiou o evento (mais informações na próxima edição).



A segunda apresentação da Oficina de Qualificação em Direitos do Trabalho Rural atingiu, dessa vez, dirigentes sindicais das regionais 06, 07, 08, 09 e 10. O objetivo da oficina, realizada nos dias 16 e 17 de julho, foi contribuir para a qualificação de dirigentes e de funcionários no que diz respeito às especificidades das normas trabalhistas em torno dos rurais. Os participantes também receberam a cartilha “Orientações Básicas sobre Direito do Trabalho Rural” – elaborada pelo assessor da secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais da Fetaep, Clodoaldo Gazola, com a colaboração do assessor jurídico Carlos Buck.



Representantes das três Federações dos Trabalhadores(as) Rurais do Sul do Brasil - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina - debateram, durante os dias 30 e 31 de julho, demandas do assalariamento rural em torno da “Mão de Obra Migratória no Mercosul” e do “Projeto de Combate à Informalidade”, além de questões previdenciárias. A Fetaep foi representada pelos secretários Jairo Correa e Marucha Vettorazzi e pelo assessor de Assalariados(as), Clodoaldo Gazola.



Pela primeira vez, o STTR de Reserva firma uma Convenção Coletiva de Trabalho. No dia 22 de julho, depois de três rodadas de negociação, a CCT foi assinada. A Fetaep foi convidada para assessorar o Sindicato nas negociações, tendo sido representada pelo assessor da secretaria de Assalariados(as), Clodoaldo Gazola. O presidente do Sindicato, Domingos Bergamasco Neto, estava representando os trabalhadores. Já do lado patronal, além da presença da comissão de negociação do Sindicato Rural, mais 15 empregadores rurais do município participaram. Ao longo de sua história, o STTR de Reserva sempre buscou negociar com a entidade patronal, porém sem grandes avanços.